

#### ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA "Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"



# GABINETE DA DEPUTADA ESTADUAL ANGELA ÁGUIDA PORTELLA

#### PROJETO DE LEI Nº 83 /2025

Autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa de Capacitação dentro dos cursos de formação e aperfeiçoamento dos Agentes de Segurança Pública na abordagem de pessoas com Transtorno do Espectro Autista - TEA e Pessoas com Deficiência no Estado de Roraima e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, faz saber que a ASSEMBLEIA LEGISLATIVA aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

- **Art.** 1° Para fins de promoção, aprendizagem e desenvolvimento de todos, esta lei estabelece medidas para a capacitação dentro dos cursos de formação e de aperfeiçoamento dos Agentes de Segurança Pública na abordagem de pessoas com Transtorno do Espectro Autista TEA e Pessoas com Deficiência, no Estado de Roraima.
- Art. 2º A capacitação deverá ser realizada obrigatoriamente durante o curso de formação inicial de agentes, nos cursos de aperfeiçoamento e nas turmas de promoção de agentes já no exercício de suas funções.
- **Art.** 3º As capacitações integrarão a grade curricular dos cursos de formação ministrados a todos os Agentes da Secretaria da Segurança Pública e da Secretaria da Justiça e da Cidadania do Estado de Roraima.
- **Art. 4º -** O Governo do Estado poderá contratar empresa ou instituição especializada para desenvolvimento do conteúdo do Programa de Capacitação disposto no artigo primeiro.





"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"



Art. 5º - São componentes obrigatórios na estrutura do curso de capacitação conceitos teóricos sobre deficiência, introdução à análise do comportamento, técnicas defensivas e procedimentos emergenciais de intervenção física, observando os requisitos abaixo elencados:

- I Legislação relacionada à Pessoa com Deficiência;
- II Orientações básicas de manejo para abordagem de autistas e pessoas com deficiência;
- III Medidas não intrusivas de desaceleração, aspectos de organização do ambiente e prevenção de acidentes;
- IV Postura e comunicação não verbal;
- V Postura defensiva;
- VI Técnicas de evasão:
- VII Protocolo de pedido de ajuda;
- VIII- Instruções de segurança para a implantação de Protocolos Emergenciais de Intervenção Física - PEIF;
- IX Técnicas emergenciais de condução;
- X Prática das técnicas:
- XI Dramatização para treino.
- Art. 6º O curso conterá Certificado observado a carga horária total de 30 (trinta) horas, para os alunos em formação primária, bem como, para os agentes efetivos.
- Art. 7º A Secretaria da Segurança Pública e a Secretaria da Justiça e da Cidadania do Estado de Roraima, serão responsáveis pelo acompanhamento e cumprimento estabelecido nesta lei.
- Art. 8º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.





"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"



Art. 9º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 02 de abril de 2025.

Angela Águida Portella

Deputada Estadual



"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"



**JUSTIFICATIVA** 

O presente Projeto de Lei tem como escopo instituir o Programa de Capacitação

dentro dos cursos de formação e aperfeiçoamento dos Agentes de Segurança Pública na

abordagem de pessoas com Transtorno do Espectro Autista - TEA e Pessoas com Deficiência,

no Estado de Roraima.

A luta pela inclusão e acessibilidade deve ser estimulada inicialmente pelo Poder

Público, observando inúmeros relatos, quanto à prestação dos serviços de segurança pública,

principalmente na questão da abordagem nas ocorrências que envolvem pessoas com

Transtorno do Espectro Autista - TEA e Pessoas com Deficiência.

Nesse sentido, o treinamento dos agentes de segurança pública irá evitar abordagens

traumáticas e melhorar o atendimento às pessoas autistas, pessoas com deficiência e suas

famílias. Além disso, não somente as pessoas usufruidoras, mas os próprios agentes de

segurança, que possuirão o conhecimento necessário para executar uma abordagem

diferenciada, das pessoas em crise.

Vale ressaltar, que a proposição em comento encontra-se respaldada pela

Constituição Estadual, art. 11°, inciso IX:

Art. 11. Compete ao Estado:

VI - Cuidar da saúde pública e da proteção e garantia às pessoas

portadoras de deficiências.

Ante o exposto, tendo em vista relevância do Projeto de Lei em questão, conclamo

aos nobres Pares a aprovação.

GABINETE DEPUTADA ESTADUAL ANGELA ÁGUIDA PORTELLA



"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"



Sala das Sessões, 02 de abril de 2025.

Angela Águida Portella

Deputada Estadual